



GALINDO & LIMA

ADVOCACIA E CONSULTORIA

ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO DA COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA – CODEVASF - SECRETARIA REGIONAL DE LICITAÇÕES – 6ª SL

LICITAÇÃO MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO N.º 011/2020 (SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS – SRP)

OBJETO EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO EM BLOCO INTERTRAVADO DE CONCRETO EM VIAS URBANAS E RURAIS NOS MUNICÍPIOS SOBRE ÁREA DE ATUAÇÃO DA 6ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA CODEVASF, NO ESTADO DA BAHIA

“Procedimento formal significa que a licitação está vinculada às prescrições legais que a regem em todos os seus atos e fases. Não só a lei, mas o regulamento, as instruções complementares e o edital pautam o procedimento da licitação, vinculando a Administração e os licitantes a todas as suas exigências, desde a convocação dos interessados até a homologação do julgamento.” (Hely Lopes Meirelles - Licitação e Contrato Administrativo - pág. 26/27, 12a. Edição, 1999)

A **VIBAL CONSTRUCOES E SERVICOS LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 32.815.029/0001-18, com sede a ROD SE 230 KM 152,S/N Bairro TREVO, Canindé do São Francisco/Sergipe, por seu representante legal infra assinado, tempestivamente, vem, com fulcro no artigo 4º, inciso XVIII, da Lei 10.520/2002, c/c com alínea “a” e “b”, do inciso I, do art.109, da Lei nº 8666/93, à presença de Vossa Senhoria, a fim de interpor:

RECURSO ADMINISTRATIVO HIERARQUICO

contra a Decisão dessa digna Comissão que julgou **HABILITADA** a Licitante, **RCP SERVICOS DE ENGENHARIA LTDA-EPP** para o Pregão Eletrônico nº 11/2020, pelas razões fáticas e jurídicas adiante expostas:

I – DA TEMPESTIVIDADE DO RECURSO

Dispõe o artigo 4º, inciso XVIII, da Lei 10.520/2002 que é concedido aos licitantes o prazo de três dias úteis para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos. Foi registrada intenção de recurso no dia 05/11/2020, ficando estabelecido o prazo para interposição do recurso até 09/11/2020, prazo este respeitado.

Devidamente comprovada à tempestividade do prazo, requer o recebimento deste para seu devido processamento e apreciação legal, e posterior DEFERIMENTO.



II – DOS PROLEGÔMENOS

Antes de passar a discorrer ponto a ponto sobre o objeto do TEMPESTIVO recurso, o que será argumentado na narração dos fatos e dos direitos da recorrente, sobreleva-se ressaltar que a norma processual administrativa aplicável ao caso em tela trata-se da Lei 10.520/2002 que dispõe em seu Art. 4º, inciso XVIII, que qualquer licitante poderá, durante a sessão pública, manifestar sua intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de três dias para apresentar suas razões recursais. "in verbis":

“Art. 4º A fase externa do pregão será iniciada com a convocação dos interessados e observará as seguintes regras:

(..)

XVIII - declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 3 (três) dias para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começará a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos;”.

Atendendo à convocação dessa Instituição para o certame Licitatório supramencionado, veio a recorrente desta participar com outras licitantes, pelo que apresentou proposta almejando ser contratada, frise-se **PROPOSTA ESTA, ELABORADA EM ESTRITO CUMPRIMENTO A LEGISLAÇÃO VIGENTE, E, EM ESTRITO CUMPRIMENTO AO QUE REPELITE O INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO**, como será demonstrado no decorrer do petitório.

Preliminarmente, esta Recorrente pede licença para reafirmar o respeito que dedica aos membros da douta Comissão de Licitação e à digna Autoridade Julgadora.

Destaca que o presente recurso tem estrita vinculação à interpretação objetiva dos fatos do procedimento licitatório. As eventuais discordâncias deduzidas neste recurso fundamentam-se no que preconiza de modo específico à Constituição Federal, à Lei de Licitações, Lei nº 10.520/2002 comumente chamada Lei do Pregão, o indigitado Edital, e Acórdãos e Pareceres do Egrégio Tribunal de Contas da União, sem se distanciar no entanto, do senso de justiça dessa douta comissão julgadora que devem ser aplicados, e que não foram observados na decisão recorrida.

Data máxima vênua, para as censuras vindouras lançadas contra a decisão de **HABILITAÇÃO/CLASSIFICAÇÃO** das recorridas, exarada por essa douta Comissão de Licitação, que na hipótese de não ser reformada, contratará empresa que **SE UTILIZA DE INFORMAÇÕES FALSAS PARA OBTER VANTAGEM NA LICITAÇÃO**, visando a contratação do objeto que voga.

Não bastassem os efeitos negativos decorrentes da decisão em comento para fins de colimados pela licitação, constatados tanto pelo **DESPREZO A VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO**, ferindo também o **PRINCÍPIO DA**



LEGALIDADE E PROIBIDADE ADMINISTRATIVA e principalmente pelo que se reputa de erro no julgamento.

III – DO MERITO

A necessária atribuição de efeito suspensivo ao presente recurso administrativo: Ainda no que tange às questões procedimentais que envolvem o presente manejo, consoante destacado no preâmbulo deste recurso, desde já, com esteio no Art. 4º, XVIII, c/c o Art. 9º, da Lei 10.520/2002, c/c o Art. 109, §2º, da Lei nº. 8.666/1993, pugna a recorrente pela aplicação do efeito suspensivo à presente peça de recurso, nos estreitos limites legais, e, ainda mais quanto ao teor do que preconiza o Art. 8º, inciso V e Art. 27 do Decreto nº. 5.450/2005.

IV – DOS FATOS

A Recorrente é legítima participante do procedimento licitatório na modalidade Pregão Eletrônico nº 011/2020, promovido pelo **COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA – Codevasf - por intermédio de sua Secretaria Regional de Licitações – 6ª SL**, não concordando com a decisão do Pregoeiro que declarou **HABILITADA** no certame a empresa **RCP SERVICOS DE ENGENHARIA LTDA-EPP**. As alegações que irão subsidiar a **INABILITAÇÃO/DESCCLASSIFICAÇÃO** da empresa, serão delineada, em nossa peça recursal.

Assim, as intenções tempestivas e motivadas não serão passíveis de recusa, pois foram fartamente fundamentadas todas as alegações feitas, que consubstanciam assim a **INABILITAÇÃO e DESCCLASSIFICAÇÃO** da Recorrida.

V - DA DESCCLASSIFICAÇÃO/INABILITAÇÃO DA EMPRESA RCP SERVICOS DE ENGENHARIA LTDA-EPP

Ao analisarmos as Certidões de Acervo Técnico apresentadas pela empresa **RCP SERVICOS DE ENGENHARIA LTDA-EPP**, encontramos algumas informações incomuns nesse tipo de documento, como o fato de todas as quatro CAT's terem sido emitidas através de Laudos Técnicos assinados pelo mesmo engenheiro civil, o **Sr. Carlos Henrique Coelho Farias**, fato este que não caracteriza ilegalidade, mas, suscita uma melhor análise. Partindo para uma análise mais detalhada, verificamos que em três das CAT's, as ART foram emitidas e finalizadas em um curtíssimo espaço de tempo, o que levanta dúvidas com relação à veracidade das informações contidas.

Na CAT nº 201005/2019, identificamos através do endereço que se trata de serviços da obra de construção do Supermercado Center Box Messejana II. Na CAT em questão, foi informado o início da obra como sendo no dia 01/11/2019 e o término da mesma no dia 31/12/2019. Ao buscarmos informações através da internet, mais precisamente no sitio “google maps”, encontramos a imagem reproduzida na **“figura – 1” do anexo I** que compõe esse recurso. Trata-se de uma foto datada pelo próprio “google®”, onde é possível constatar que em **Outubro de 2019**, ou seja, antes da data de início alegada no atestado, os serviços constantes na referida CAT já haviam sido concluídos.



Para corroborar com nossa tese, anexamos também as “**figuras: 2, 3 e 4**” do anexo I, que são fotos das postagens realizadas através da rede social “instagram®” dos Supermercados Center Box, informando que a unidade Messejana II foi realmente inaugurada no dia 01/11/2019.

Motivados pela estranheza do fato, decidimos por efetuar uma visita *in loco*, (**figuras – 5 e 6” do Anexo I**) na obra em questão, onde realizamos a medição do piso intertravado e chegamos ao quantitativo aproximado de 2.800m², divergindo mais uma vez das informações apresentadas na CAT em seu item 3.2 onde consta 5.379m². Tal comprovação apenas reforça a ideia de que o atestado referente à CAT nº 201005/2019 não condiz com a verdade dos fatos.

Partindo para a análise da CAT nº 162756/2018, é possível perceber que a mesma não tem a assinatura do **Contratante**, estando apenas assinada pelo responsável técnico autor do Laudo. Também não consta no processo, nenhum documento que o confira poderes para assinar pela empresa **SPE-Espírito Santo Investimentos Imobiliários AS**, que figura como contratante nesse documento.

Necessário assim então uma maior diligência por parte desta comissão acerca da veracidade das informações presentes nos atestados técnicos apresentados pela empresa **RCP SERVICOS DE ENGENHARIA LTDA-EPP**.

Desta maneira, é dever desta douta comissão solicitar ao CREA/CE que abra uma investigação das CAT’s nº **201005/2019** e **162756/2018** para que sejam melhor analisados os fatos aqui por nós apresentados, e que, caso comprovados, sejam tomadas as devidas providências legais.

Insta destacar nobre pregoeiro, que os fatos alhures alegados, são todos passíveis de averiguação, desta feita, além do Recursos Administrativo ora apresentado, estamos, também, solicitando ao Ministério Público Federal no estado da Bahia que verifique as suspeitas levantadas, tendo em vista que, caso confirmadas, fica caracterizada fraude em licitações, e por que não dizer, apresentação de documentação falsa, irregularidades para as quais estão previstas sanções no indigitado Edital em seu item 26, senão vejamos:

26. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 1.1. Ficará impedido de licitar e de contratar com a União e será descredenciado no Sicaf, pelo prazo de até cinco anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais, garantido o direito à ampla defesa, o licitante que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta: (art. 49 do Decreto 10.024/19):
- a) não assinar o contrato ou a ata de registro de preços;
 - b) não entregar a documentação exigida no edital;**
 - c) apresentar documentação falsa;**
 - d) causar o atraso na execução do objeto;



- e) não mantiver a proposta;
- f) falhar na execução do contrato;
- g) fraudar a execução do contrato;**
- h) comportar-se de modo inidôneo;**
- i) declarar informações falsas; e**

26.1.1 Nos certames realizados pela modalidade Pregão, aplica-se ao contratado, no que couber, a penalidade prevista no art. 7º da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, exclusivamente quanto aos ilícitos praticados durante a etapa da licitação.

As Licitantes devem conhecer, de forma detida, os termos do ato convocatório, principalmente as exigências habilitatórias que visam à contratação de fornecedora apta. Ante a indispensabilidade das exigências habilitatórias, proporcionalmente, **o pregoeiro ou a Comissão de Licitação deverão proceder rigorosamente com o controle interno de gestão, verificando, diligenciando e buscando a veracidade das informações e documentos apresentados pelas licitantes-fornecedoras.**

Os órgãos de controle são demasiadamente detalhistas quanto ao conteúdo dos atestados e das informações econômico-financeiras prestadas pela licitante. **Deve-se evitar a fraude no certame que advém do uso de documentos com informações inverídicas ou mesmo por meio conluio entre os participantes.**

Nos termos do inciso VI do art. 2º da Instrução Normativa Conjunta do Ministério do Planejamento e da Controladoria Geral da União, **fraude é a prática de qualquer ato ilegal caracterizado pela desonestidade, dissimulação ou quebra de confiança, não implicando ameaça ou violência física ou psíquica.**

Os documentos de habilitação são os pressupostos indispensáveis para adjudicação do objeto da contratação à fornecedora. **Deve-se atentar demasiadamente sobre a falsificação documental. Ater-se e diligenciar sobre as pessoas atestantes, endereços, coerência de datas, verificação de efetiva prestação dos serviços; a quantidade de postos executados; percentual da prestação, dentre tantas outras cautelas que se deve tomar para evitar contratações fraudulentas de fornecedores burlistas.**

Obviamente que o servidor responsável pela análise desses documentos habilitatórios pode se enganar ante à perfeição da falsidade. Ventilada qualquer possibilidade de dúvidas quanto à veracidade das informações constantes nos documentos, **deve o pregoeiro ou a Comissão de Licitação diligenciar no sentido de sanar as dúvidas existentes.**

Assim, exemplificativamente, é indispensável que os atestados **contenham as datas efetivas de prestação dos serviços**, tendo em vista que a **Administração não poderá presumir que, um supermercado que fora inaugurado em outubro de 2019, e que nas fotos do imóvel já constam toda pavimentação, tenha um outro contrato para pavimentação do entorno iniciado após a sua inauguração.**

As informações devem ser objetivas, precisas e claras. Não podem deixar margens de dúvidas. Em situação tal que não haja coerência entre a inauguração da obra



e sua execução ou prestação de um dado serviço em atestado, **o pregoeiro deve ligar para o atestante, entrar em contato, referir-se à possibilidade de que a prestação de informações falsas no curso de um procedimento como este poderá configurar, inclusive, crime.**

Confirmando a inveracidade da documentação apresentada, poderá haver a tipificação de **falsificação de documento particular (art. 298 Código Penal)**:

Art. 298 - Falsificar, no todo ou em parte, documento particular ou alterar documento particular verdadeiro: Pena - reclusão, de um a cinco anos, e multa.

Como também, a Falsidade Ideológica, que é mais comum, constante no art. 299 do Código Penal:

Art. 299 - Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante: Pena - reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.

Quanto aos atestados emitidos, poderá haver a tipificação do crime de **Certidão ou atestado ideologicamente falso (art. 301 Código Penal)**:

Art. 301 - Art. 301 - Atestar ou certificar falsamente, em razão de função pública, fato ou circunstância que habilite alguém a obter cargo público, isenção de ônus ou de serviço de caráter público, ou qualquer outra vantagem:

Ato contínuo, a **Falsidade material de atestado ou certidão**: “Falsificar, no todo ou em parte, atestado ou certidão, ou alterar o teor de certidão ou de atestado verdadeiro, para prova de fato ou circunstância que habilite alguém a obter cargo público, isenção de ônus ou de serviço de caráter público, ou qualquer outra vantagem: Pena - detenção, de três meses a dois anos. § 2º - Se o crime é praticado com o fim de lucro, aplica-se, além da pena privativa de liberdade, a de multa.

O **uso de documento falso** também é crime tipificado no **art. 304 do Código Penal**: “Fazer uso de qualquer dos papéis falsificados ou alterados, a que se referem os arts. 297 a 302: Pena - a cominada à falsificação ou à alteração”.

Deve-se ressaltar, ainda, os crimes constantes na Lei nº 8.666/93, arts. 89-99. Nesses casos, crimes especiais, pois específicos e relacionados ao procedimento licitatório, a ação pública é incondicionada. As fraudes referidas se fazem presentes.

Além do que, a lei 8.666/1993 em sua **Seção III Dos Crimes e das Penas, em diversos artigos veda e especifica as sanções cabíveis, senão vejamos:**



Art. 90. Frustrar ou **fraudar, mediante ajuste**, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo do procedimento licitatório, com o intuito de obter, para si ou para outrem, vantagem decorrente da adjudicação do objeto da licitação:

Pena - detenção, de 2 (dois) a 4 (quatro) anos, e multa.

(...)

Art. 92. **Admitir, possibilitar ou dar causa a qualquer modificação ou vantagem**, inclusive prorrogação contratual, em favor do adjudicatário, durante a execução dos contratos celebrados com o Poder Público, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação ou nos respectivos instrumentos contratuais, ou, ainda, pagar fatura com preterição da ordem cronológica de sua exigibilidade, observado o disposto no art. 121 desta Lei: (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)

Pena - detenção, de dois a quatro anos, e multa. (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)

(...)

Art. 93. Impedir, perturbar ou **fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório**:

Pena - detenção, de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos, e multa.

Em 2012, a empresa Diversa participou de licitação para contratação de empresa para prestação de serviços de limpeza na Subseção da Justiça Federal de Guarapuava (PR). Entretanto, segundo as provas do processo, a empresa falsificou atestado de capacidade técnica de 11 meses para 12 meses, que era o tempo requerido no edital.

Após a sentença, a prestadora de serviço apelou alegando que apresentou os documentos ainda na fase de habilitação do processo licitatório, sendo que nem alcançou a fase de adjudicação, quando teria a concessão do contrato. Para a empresa, ela poderia ser passível de sanção somente na última fase da licitação, quando convocada.

Segundo o desembargador Luís Alberto d'Azevedo Aurvalle, relator do processo, "a penalidade aplicada estava prevista no edital, e se mostra adequada à situação posta. Ademais, considerando que as licitantes burlaram as regras e agiram em desacordo com a lei, cabe aplicar as sanções com vistas a proteger o procedimento licitatório e a punir os concorrentes que se valem de artifícios para fraudar o certame." para consulta - Nº 5044753-37.2012.4.04.7000/TRF4.

Em matéria publicada no site <https://www.conjur.com.br/2014-out-11/uso-documento-falso-frauda-careter-competitivo-licitacao#author>, de autoria do Dr. Jomar Martins, que nos esclarece sobre o tema:

"O uso de documento falso para fraudar o caráter competitivo de uma licitação está previsto no tipo penal do artigo 90 da Lei das Licitações, a Lei 8.666/1993. Foi com esse enquadramento que a 4ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul classificou crime cometido por empresário que tentou se habilitar numa licitação por meio de documento falso. A corte confirmou sentença condenatória que levou à desclassificação da empresa da qual o réu é sócio.



O relator das Apelações tanto do Ministério Público quanto da defesa, desembargador Gaspar Marques Batista, entendeu que a conduta do empresário tipifica o crime previsto no artigo 304 do Código Penal — documento falso —, na modalidade "uso de documento particular". Por isso, deu provimento à Apelação para desclassificar o fato imputado, o que poderia beneficiá-lo com a proposta de suspensão condicional do processo-crime, ajuizado pelo Ministério Público.

Mas o desembargador Rogério Gesta Leal, autor do voto vencedor, afirmou que a caracterização de fraude à licitação não exige, apenas, conluio entre participantes ou mesmo com o poder público, visando violar a competitividade. **“O tipo penal, ao incluir na sua redação ‘outro expediente’, admite que a realização da conduta seja feita por apenas uma pessoa, e essa ação é compatível com a utilização de documentos falsos, utilizando subterfúgios ilícitos para que a empresa consagre-se vencedora”**, explicou no acórdão.

“Assim, tenho que a ação do réu de buscar a falsificação de um documento para fins de habilitação em certame público visa a um só fim: lograr-se vencedor na disputa, não passando de um meio necessário ao fim perseguido, qual seja a de frustrar ou fraudar o caráter competitivo da licitação”, concluiu. O acórdão foi lavrado na sessão do dia 28 de agosto. O Ministério Público estadual afirmou, na denúncia, que o autor — sócio-gerente de empresa de produtos químicos — tentou fraudar o procedimento licitatório promovido pela Companhia Riograndense de Saneamento (Corsan). O edital exigia que os participantes comprovassem qualificação técnica por meio de documento emitido por pessoa jurídica, atestando fornecimento anterior de cloro líquido, objeto da licitação. O empresário, então, providenciou atestado, assinado por engenheiro químico, de uma empresa de saneamento ambiental. Para dar veracidade ao documento, anexou no procedimento administrativo as notas fiscais — emitidas pela sua empresa —, que atestavam venda e transporte do produto químico. (...)

Ante todo exposto, rogamos pela **DESCCLASSIFICAÇÃO/INABILITAÇÃO** da empresa **RCP SERVIÇOS DE ENGENHARIA LTDA-EPP** para a **Pregão Eletrônico nº 11/2020**.

VI - DA DESCCLASSIFICAÇÃO/INABILITAÇÃO da empresa CS SERVIÇOS E LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS EIRELI.

Estando os documentos de habilitação de todos os licitantes participantes do **Pregão Eletrônico nº 11/2020** disponibilizados no site comprasnet, onde foi realizado o certame, e para dar maior celeridade ao trâmite do processo, evitando assim novos prazos recursais, viemos a analisar a habilitação da 2ª colocada, a empresa **CS SERVIÇOS E LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS EIRELI**. Em análise pormenorizada, verificamos que a mesma apresentou 4 atestados, os quais analisaremos um à um.

Considerando da CAT n° 682939/2019

- Em nossa análise, verificamos que os serviços constantes da CAT em questão, não são compatíveis com o tipo de obra licitado e desta forma, não encontramos nenhum serviço que fosse similar ou equivalente ao relacionado a pavimentação de piso intertravado.

Considerando a CAT n° 2620170004295

- Já na análise da CAT acima, identificamos o total de **10.564,80m²** entre pavimentação de via e pavimentação de calçada.

Considerando a CAT n° 694683/2020

- Desta feita, analisando a CAT n° 694683/2020, identificamos que houve um erro, ao qual acreditamos que ao invés dos quantitativos, foram inseridos os custos/preços dos itens, pois o valor total da obra está totalmente desproporcional aos quantitativos informados, assim como a quantidade de ruas (06) que o objeto nos informa (EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO, EM PARALELEPÍPEDO, NOS POVOADOS CARAIBINHAS(RUAS 01 E 02), LAGOA DO CAPIM(RUA 02) E CALDEIRÃO(RUAS DO CANTO, DO MEIO E DO BURACO), NO MUNICÍPIO DE IGACI, NO ESTADO DE ALAGOAS). Desta forma fica fácil constatar a inconsistência das informações prestadas. Tais informações podem ser conferida na primeira página do atestado, onde consta entre outras, da seguinte forma: Atividade Técnica:

5 - COORDENAÇÃO OBRAS E SERVIÇOS - CONSTRUÇÃO CIVIL
> INFRA-ESTRUTURA TERRITORIAL > PAVIMENTAÇÃO > #1478
- EM PARALELEPÍPEDOS 15 - EXECUÇÃO 7834,00 metro
quadrado.

Considerando a CAT n° 694616/2020

Na CAT em destaque, identificamos apenas um total de **5.567,22m²** de pavimentação.

Portando, somando todos os itens similares a pavimentação em todas as Certidões de Acervo Técnico Apresentadas, verificamos apenas o quantitativo de **23.966,02m²** que é insuficiente para atender ao mínimo exigido em Edital através de seu item 11.1.3 “a” e TR item 8.1 “c”, que é de **58.000,00m²** do item “**Execução de pavimentação em bloco intertravado de concreto ou similar**”

Restando assim, cristalino o seu descumprimento ao exigido em edital através do item 11.1.3 “a” e TR item 8.1 “c”, deixando evidente a necessidade de sua **DECLASSIFICAÇÃO/INABILITAÇÃO**.



VII – DA DESCLASSIFICAÇÃO/INABILITAÇÃO da empresa LOCAÇÃO DE MAQUINAS, SERVIÇOS E EMPREENDIMENTOS FLORESTA EIRELI.

Estando, os documentos de habilitação de todos os licitantes participantes do **Pregão Eletrônico nº 11/2020** disponibilizados no site comprasnet, onde foi realizado o certame, e para dar maior celeridade ao trâmite do processo, evitando assim novos prazos recursais, viemos a analisar a habilitação da 3ª colocada, a empresa **LOCAÇÃO DE MAQUINAS, SERVIÇOS E EMPREENDIMENTOS FLORESTA EIRELI**. Em análise pormenorizada, verificamos que a mesma apresentou 2 atestados, os quais analisaremos um à um.

Considerando a CAT nº 39853/2018

- Em análise da CAT acima, identificamos o total de **1.720,80m²** entre os serviços de pavimentação a paralelepípedo, piso intertravado e pedra portuguesa, e **264,16m²** para o serviço de meio fio.

Considerando a CAT nº 68954/2020

- Já na análise da CAT em questão, identificamos o total de **7.568,58m²** entre os serviços de pavimentação a paralelepípedo e piso intertravado, e **3.872,28m²** para o serviço de meio fio.

Sucinta é a análise da empresa **LOCAÇÃO DE MAQUINAS, SERVIÇOS E EMPREENDIMENTOS FLORESTA EIRELI**, pois a mesma sequer atende ao mínimo exigido, em todo acervo técnico apresentado. Somando todos os itens similares a pavimentação e meio-fio em todas as Certidões de Acervo Técnico apresentadas, verificamos apenas o quantitativo de **9.289,38m²** para o serviço de pavimentação e **4.136,44m²** para o serviço de meio fio, quantitativos estes insuficientes para atender ao mínimo exigido em Edital através de seu item 11.1.3 “a” e TR item 8.1 “c”, que é de **58.000,00m²** para o item “**Execução de pavimentação em bloco intertravado de concreto ou similar**” e **20.000,00m²** para o item “**Assentamento de meio-fio**”

Restando assim, evidente a necessidade de sua **DESCCLASSIFICAÇÃO/INABILITAÇÃO**.

VIII – DO DIREITO E DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO.

Além do flagrante descumprimento as normas legais, temos o explícito descumprimento ao Princípio da Vinculação ao Instrumento Convocatório.

Em nosso entendimento a licitação é “o procedimento administrativo vinculado por meio do qual os entes da Administração Pública e aqueles por ela controlados selecionam a melhor proposta entre as oferecidas pelos vários interessados, com dois

objetivos – a celebração de contrato, ou a obtenção do melhor trabalho técnico, artístico ou científico”¹.

Tal disposição rechaça qualquer argumentação aventada em defesa. Não olvidemos que o edital é a lei interna do certame e vincula as partes. Como ensina DIOGENES GASPARINI:

“[...] estabelecidas as regras de certa licitação, tornam-se elas inalteráveis a partir da publicação do instrumento convocatório e durante todo o procedimento”.(GASPARINI, Diogenes. Direito Administrativo. 13ª edição. Editora Saraiva. 2008, p. 487.)

A doutrina posiciona nas lições de Hely Meirelles sobre a vinculação ao instrumento convocatório:

A vinculação ao edital é princípio básico de toda licitação. [...] o edital é a lei interna da licitação, e, como tal, vinculada aos seus termos tanto os licitantes como a Administração que o expediu. Assim, estabelecidas as regras do certame, tornam-se inalteráveis para aquela licitação, durante todo o procedimento. (MEIRELLES, Hely Lopes. Direito administrativo Brasileiro. 32 ed.São Paulo: Malheiros, 2006, p 274-275)

O princípio da vinculação ao instrumento convocatório possui extrema relevância, na medida em que vincula não só a Administração, como também os administrados às regras nele estipuladas.

Pois bem. O princípio da vinculação ao instrumento vinculatorio aduz que, uma vez nele estabelecidas as regras do certame, elas devem ser cumpridas, em seus exatos termos.

A intenção desse petitorio é discorrer sobre a importância de tal princípio e de seus conseqüentes, e, assim, contribuir para que essa dought commission não incorra in vicio insanável.

O princípio da vinculação ao instrumento convocatório possui extrema relevância, **na medida em que vincula não só a Administração, como também os administrados às regras nele estipuladas.**

Dessa feita, em se tratando de regras constantes de instrumento convocatório, deve haver vinculação a elas. É o que estabelecem os artigos 3º, 41 e 55, XI, da Lei nº 8.666/1993, *verbis*:

Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa

¹ CARVALHO FILHO, José dos Santos. **Manual de Direito Administrativo**. 26ª ed. São Paulo: Atlas, 2013, p. 236.



para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

Art. 41. A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada.

Art. 55. São cláusulas necessárias em todo contrato as que estabeleçam:
[...]

XI - a vinculação ao edital de licitação ou ao termo que a dispensou ou a inexigiu, ao convite e à proposta do licitante vencedor; [sem grifos no original]

Trata-se, na verdade, de princípio inerente a toda licitação e que evita não só futuros descumprimentos das normas do edital, mas também o descumprimento de diversos outros princípios atinentes ao certame, tais como o da transparência, da igualdade, da impessoalidade, da publicidade, da moralidade, da probidade administrativa e do julgamento objetivo.

Nesse sentido, vale citar a lição de Maria Sylvia Zanella Di Pietro²

Trata-se de princípio essencial cuja inobservância enseja nulidade do procedimento. Além de mencionado no art. 3º da Lei n 8.666/93, ainda tem seu sentido explicitado, segundo o qual “a Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada”. E o artigo 43, inciso V, ainda exige que o julgamento e classificação das propostas se façam de acordo com os critérios de avaliação constantes do edital. O princípio dirige-se tanto à Administração, como se verifica pelos artigos citados, como aos licitantes, pois estes não podem deixar de atender aos requisitos do instrumento convocatório (edital ou carta-convite); se deixarem de apresentar a documentação exigida, serão considerados inabilitados e receberão de volta, fechado, o envelope-proposta (art. 43, inciso II); se deixarem de atender as exigências concernentes a proposta, serão desclassificados (artigo 48, inciso I).

Quando a Administração estabelece, no edital ou na carta-convite, as condições para participar da licitação e as cláusulas essenciais do futuro contrato, os interessados apresentarão suas propostas com base nesses elementos; ora, se for aceita proposta ou celebrado

² PIETRO, Maria Sylvia Zanella Di. **Direito Administrativo**. 13. Ed. São Paulo: Atlas, 2001, p. 299.



contrato com desrespeito às condições previamente estabelecidas, burlados estarão os princípios da licitação, em especial o da igualdade entre os licitantes, pois aquele que se prendeu aos termos do edital poderá ser prejudicado pela melhor proposta apresentada por outro licitante que os desrespeitou.

Também estariam descumpridos os princípios da publicidade, da livre competição e do julgamento objetivo com base em critérios fixados no edital.

No mesmo sentido é a lição de José dos Santos Carvalho Filho³:

A vinculação ao instrumento convocatório é garantia do administrador e dos administrados. Significa que as regras traçadas para o procedimento devem ser fielmente observadas por todos. Se a regra fixada não é respeitada, o procedimento se torna inválido e suscetível de correção na via administrativa ou judicial.

O princípio da vinculação tem extrema importância. Por ele, evita-se a alteração de critérios de julgamento, além de dar a certeza aos interessados do que pretende a Administração. E se evita, finalmente, qualquer brecha que provoque violação à moralidade administrativa, à impessoalidade e à probidade administrativa.

Se o instrumento de convocação, normalmente o edital tiver falha, pode ser corrigido, desde que oportunamente, mas os licitantes deverão ter conhecimento da alteração e a possibilidade de se amoldarem a ela.

Vedado à Administração e aos licitantes é o descumprimento das regras de convocação, deixando de considerar o que nele se exige, como, por exemplo, a dispensa de documento ou a fixação de preço fora dos limites estabelecidos. Em tais hipóteses, deve dar-se a desclassificação do licitante, como, de resto, impõe o art. 48, I, do Estatuto.

Como se vê, o princípio da vinculação ao instrumento convocatório, ao mesmo tempo em que privilegia a transparência do certame, garantindo a plena observância dos princípios da igualdade, impessoalidade, publicidade, moralidade e probidade administrativa, preceitua que o julgamento das propostas seja o mais objetivo possível, nos exatos termos das regras previamente estipuladas. Isso sem contar a necessidade de perpetuação de tal vinculação durante toda a execução do contrato.

Há que se levar em consideração, que uma empresa se prepara, cumpre todos os requisitos exigidos no Edital, e, no meio do jogo, uma empresa que se quer possui os requisitos exigidos, tem, por parte da comissão, um julgamento diferenciado, ou seja, fere o Princípio da Isonomia.

³ CARVALHO FILHO, José dos Santos. **Manual de Direito Administrativo**. 26ª ed. São Paulo: Atlas, 2013, p. 246



Segundo Hely Lopes Meirelles, o edital “**é lei interna da licitação**” e, como tal, vincula aos seus termos tanto os licitantes como a Administração que o expediu.

Ademais, as Orientações e Jurisprudência do Tribunal de Contas da União sobre Licitações e Contratos⁴ são bastante elucidativas no que se refere à necessidade de vinculação não só do certame, mas também do próprio contrato e de sua execução ao instrumento convocatório:

Vinculação do Contrato ao Ato Convocatório

É obrigatória vinculação do contrato à proposta do contratado e aos termos da licitação realizada, ou aos termos do ato de dispensa ou de inexigibilidade de licitação.

Nos termos do art. 41 da Lei nº 8.666/1993 a Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada.

Acórdão 1060/2009 Plenário (Sumário)

Observe, no que se refere a eventuais alterações propostas, o dever de manutenção do vínculo e compatibilidade estabelecidos inicialmente entre o ato convocatório, o cronograma físico-financeiro e a execução da obra.

Acórdão 1932/2009 Plenário

Abstenha-se de aceitar propostas de bens com características diferentes das especificadas em edital, em respeito ao princípio de vinculação ao instrumento convocatório, consoante o art. 3º da Lei nº 8.666/1993.

Acórdão 932/2008 Plenário

Faça constar dos termos de contratos cláusula que estabeleça sua vinculação ao edital de licitação, conforme o art. 55, XI, da Lei nº 8.666/1993.

Acórdão 2387/2007 Plenário

Observe rigorosamente o princípio da vinculação ao edital, previsto nos arts. 3º e 41, da Lei nº 8.666/1993, abstendo-se de efetuar prorrogações de contratos não previstas.

Acórdão 1705/2003 Plenário

Observe que o instrumento de contrato vincula-se aos termos da licitação, conforme disposto no art. 54, § 1º, da Lei nº 8.666/1993, não podendo acrescentar direitos ou obrigações não previstos no instrumento convocatório.

Acórdão 392/2002 Plenário

Observe a obrigatoriedade de vinculação entre o edital e o contrato prevista no art. 41 da Lei nº 8.666/1993.

Acórdão 286/2002 Plenário

⁴ Orientações e Jurisprudência do Tribunal de Contas da União sobre Licitações e Contratos. 4ª edição, revista, atualizada e ampliada. Brasília, 2010, p. 758/760. Em: <<http://portal2.tcu.gov.br/portal/pls/portal/docs/2057620.PDF>>. Acesso em 10 de fevereiro de 2014.



Deve ser cumprido o disposto no art. 54, § 1º, da Lei no 8.666/1993, no que tange à conformidade entre os contratos assinados com os termos das respectivas licitações e propostas a que se vinculam.

Decisão 168/1995 Plenário

Abstenha-se de modificar, mediante tratativas com as empresas participantes do certame, a natureza e as características do objeto licitado, em atendimento ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório, estabelecido no art. 3º da Lei no 8.666/1993.

Acórdão 3894/2009 Primeira Câmara

Observe, na elaboração dos contratos, os termos da licitação e da proposta a que se vinculam, bem assim do ato que autorizou a dispensa ou inexigibilidade e respectiva proposta, conforme disposto no art. 54 da Lei nº 8.666/1993.

Decisão 107/1995 Segunda Câmara

Ante todo exposto, mister se faz destacar, que o Edital do certame não pode ir de encontro com as leis que tratam do mesmo assunto em virtude da hierarquia existente.

Deve tratar tão somente de coisas específicas relativas ao certame. Deve, ainda, haver total intersecção com as normas de hierarquia superior. Não pode tratar, portanto, de assuntos que imponham obrigações e deveres não constantes nas leis em virtude do inciso II do art. 5º da Constituição Federal, mesmo que o indigitado edital silencie sobre a estrita observâncias as Leis Federais, no caso em comento Lei do Simples e Acordo Coletivo de Categoria, não pode essa douta comissão ignorar tais precedentes.

Dessa maneira é princípio que vincula tanto a Administração quanto os interessados, desde que, como salientado, as regras editalícias estejam em conformidade com a lei e a Constituição. Conforme o art. 3º da Lei nº 8.666/93, a licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, **da vinculação ao instrumento convocatório**, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

Apesar da vinculação do licitante ao Edital, verificamos que, decorrente do princípio da legalidade, **a vinculação ao instrumento é uma regra que tem mais imposição à própria Administração**, em vista de ser um ato criado praticamente de forma unilateral por esta. Significa que as regras estipuladas no edital que infrinjam direitos dos interessados deverão ser rechaçadas. Se tais regras obrigarem tão somente a Administração, esta deverá observá-las de forma estrita, pois não poderá alegar ou voltar a norma em benefício próprio decorrente da própria torpeza, pois criou-a de forma unilateral.

Qualquer erro que favoreça, por exemplo, o licitante, a Administração não poderão, opinativamente, argumentar efeitos retroativos, haja vista a boa-fé e a culpa única e exclusiva da Administração. Quando se elabora erroneamente um ato convocatório que, em princípio, favoreça a empresa contratada, a Administração terá o



poder de autotutela para corrigir o erro, mas não poderá prejudicar o contratado ou licitante, argumentando, por exemplo, enriquecimento, pois as regras foram estabelecidas pela Administração, e a licitante ou contratada não poderá pagar pelo erro administrativo. Obviamente que o erro antieconômico poderá ser sanado, mas com efeito ex nunc, ou seja, a partir de então ou a partir da retificação.

O principal artigo da norma geral de licitação referente à vinculação ao ato convocatório é o art. 41. **A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada.**

Assim, entendemos, que nem mesmo o vício do edital justificaria pretensão de ignorar a disciplina por ele veiculada. Ora, ninguém é obrigado a fazer ou deixar de fazer algo que seja contrário à lei, à Constituição e à razoabilidade (nesse caso, deve-se questionar).

IX - DO REQUERIMENTO RECURSAL

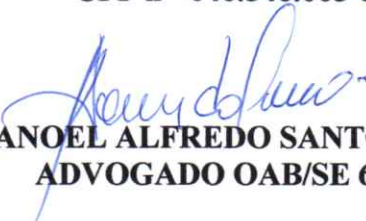
Por todo o exposto, requer a **RECORRENTE** a essa DOUTA COMISSÃO DE LICITAÇÃO, com fundamento no artigo 4º, inciso XVIII, da Lei 10.520/2002, c/c parágrafos 2º e 4º do art. 109 da Lei de Licitações, que reconsidere sua decisão anterior, deliberando agora pela **INABILITAÇÃO/DECLASSIFICAÇÃO** tácita e imediata das empresas **RCP SERVIÇOS DE ENGENHARIA LTDA-EPP, CS SERVIÇOS E LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS EIRELI, LOCAÇÃO DE MAQUINAS, SERVIÇOS E EMPREENDIMENTOS FLORESTA EIRELI**, para a Pregão Eletrônico nº 11/2020, por descumprirem norma legal e penal, e princípio basilar da lei de licitações e contratos, qual seja, **Vinculação ao Instrumento Convocatório**.

Requer ainda que, caso não sejam atendidas ou reconsiderada a decisão ora guerreada, seja enviado o presente requerimento, à apreciação da autoridade **HIERARQUICAMENTE** superior, para fins de direito, conforme prevê o parágrafo 4º do art. 109 da Lei Federal 8.666/93.

Aracaju, 09 de novembro de 2020

Nestes exatos termos, II
Pede e aguarda deferimento


VIBAL CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA
Ivandi Brilhante de Araujo Junior
Sócio-Administrador
CPF nº 046.546.065-80


MANOEL ALFREDO SANTOS LIMA
ADVOGADO OAB/SE 6.933



ANEXO I

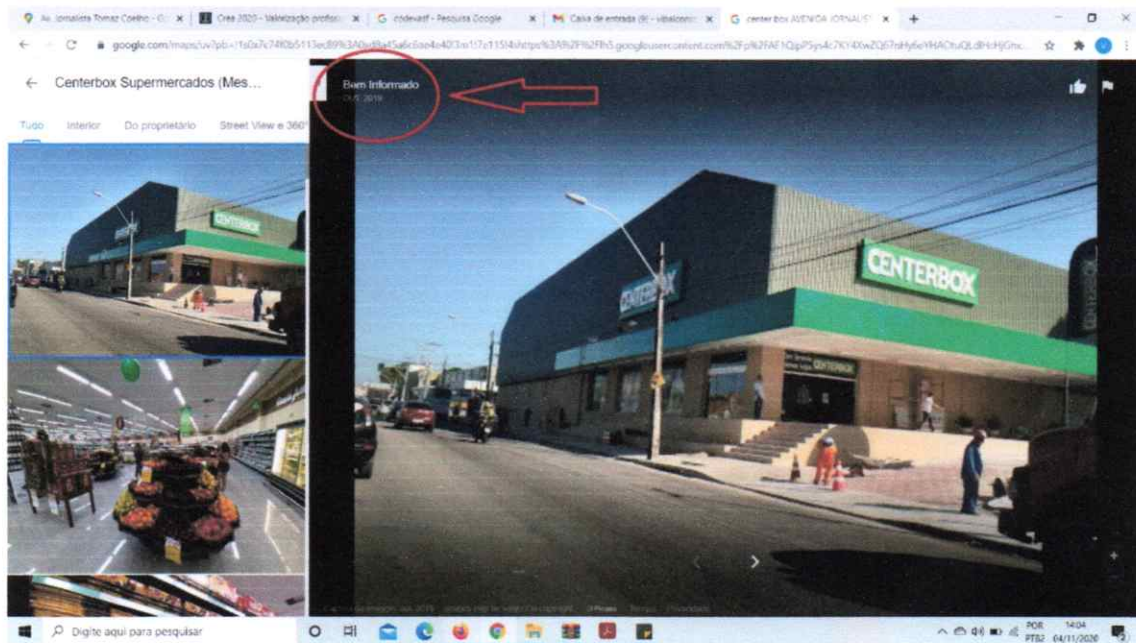


Figura – 1. Foto copiada do google®, onde mostra os serviços concluídos com a data de Outubro/2019.

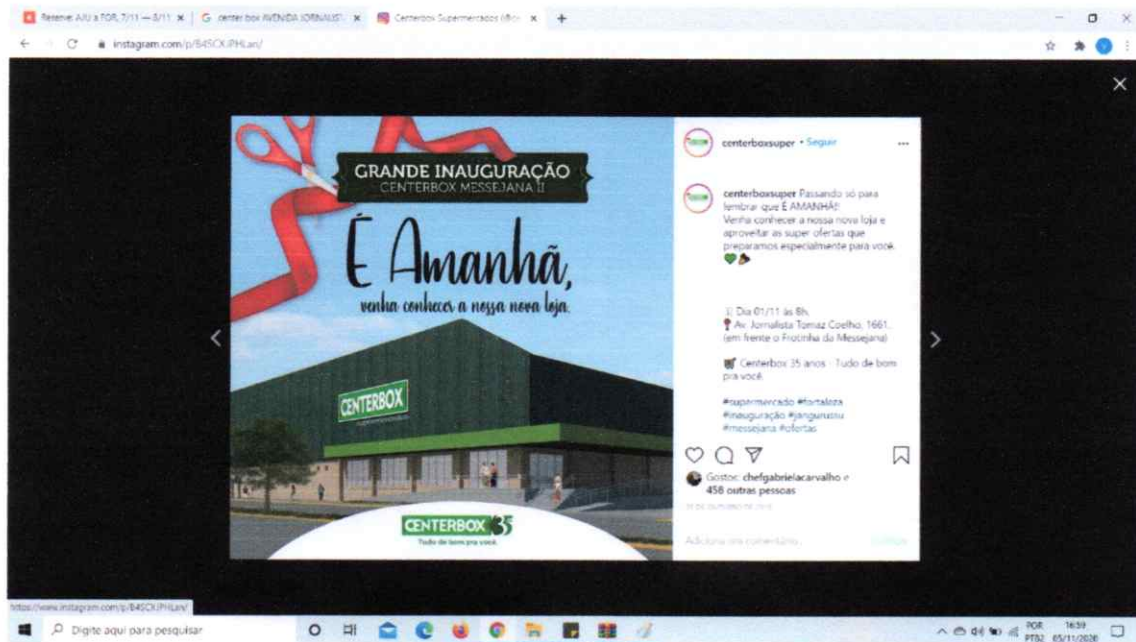


Figura – 2. Postagem do instagram® realizada pelo Supermercado Center Box informando a data da inauguração.

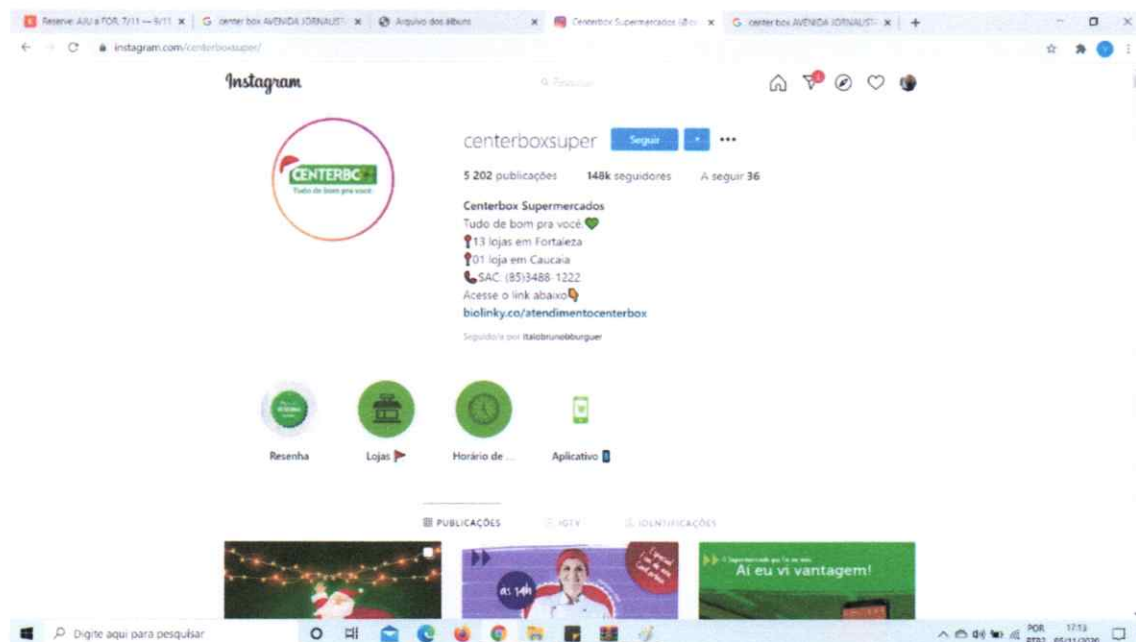


Figura – 3. Print da página dos Supermercados Center Box na rede social instagram®.



GALINDO & LIMA

ADVOCACIA E CONSULTORIA

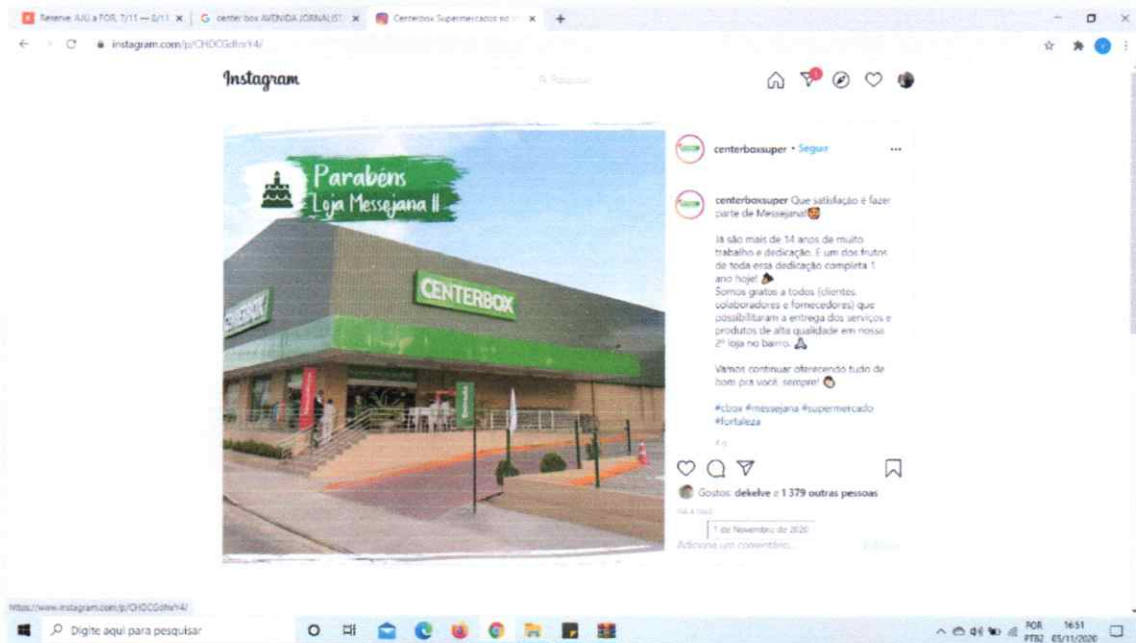


Figura – 4. Postagem realizada no dia 01/11/2020 pelo instagram® dos Supermercados Centerbox em comemoração a 1 ano de inauguração da unidade Messejana II.



GALINDO & LIMA

ADVOCACIA E CONSULTORIA

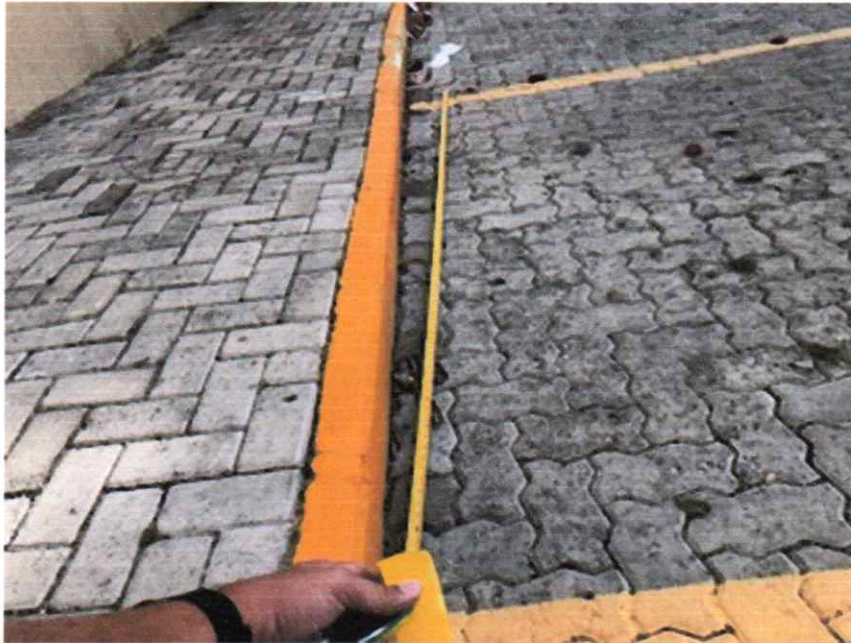


Figura – 5. Foto da medição realizada *in loco* para conferência dos quantitativos.



Figura – 6. Foto da medição realizada *in loco* para conferência dos quantitativos.